

PLANO DE GOVERNO

AVANÇAR A UNIDADE POPULAR

ZÉ ROBERTO PREFEITO DE PALMAS

LÚCIA VIANA VICE-PREFEITA DE PALMAS

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	3
2. DIREITO À CIDADE.....	5
2.a Segurança Pública.....	6
2.b. Moradia & Habitação.....	8
2.c Meio Ambiente.....	12
3. RESPEITO À DIVERSIDADE.....	14
3.a Direitos Humanos.....	15
3.b. Juventude.....	18
3.c. Assistência Social.....	19
4. PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	20
4.a Saúde.....	21
4.b Trabalho, Renda & Gestão Popular.....	23
4.c Economia Solidária.....	24
5. FORMAÇÃO CIDADÃ.....	25
5.a Cultura & Arte.....	27
5.b Educação.....	28
5.c Esporte & Lazer.....	29
6. CAPITAL SUSTENTÁVEL.....	30
6.a Turismo.....	31
6.b Ciência & Tecnologia.....	32
6.c Desenvolvimento Rural.....	33

UMA PALMAS MELHOR PARA TODOS, UMA CIDADE VOLTADA À FELICIDADE E AO BEM-VIVER DAS PESSOAS

“A infelicidade da sociedade é a meta da economia política.
E as únicas engrenagens por ela ativadas são a avidez pelo dinheiro
e a guerra de que todos nela envolvidos padecem – a concorrência”.

Karl Marx

A cidade não é apenas o espaço privilegiado em que a diversidade se manifesta. Ela deve recuperar, antes de tudo, seu sentido original, há muito perdido: o de realização da felicidade coletiva e individual de seus cidadãos, através da oportunidade para todos. Em outras palavras, a cidade deve assumir uma missão fundamental: potencializar as capacidades humanas, expressas em toda a sua riqueza e multiplicidade.

Nesse caso, a política deve assumir-se como principal vetor de realização das potencialidades inerentes à subjetividade humana, de modo a que cada cidadão e cidadã - crianças, jovens, adultos e idosos - disponha dos meios materiais e espirituais necessários à conquista do valor mais precioso: a felicidade. O direito à felicidade é inalienável e garantido a todos, sem qualquer distinção de gênero, etnia, orientação sexual, credo e ideologia política. Dessa forma, nem a felicidade de grupos determinados, nem a do indivíduo em particular, pode se sobrepor ou ameaçar o direito de viver uma vida plena e feliz.

Assim, todas as propostas de nosso plano de governo não estão apoiadas senão num valor supremo, cujas premissas inevitavelmente levam ao objetivo já estabelecido: construir uma cidade e uma gestão pública comprometidas com as pessoas. Com efeito, a felicidade é prerrogativa do ser humano, e a política é um dos instrumentos mais adequados para a sua conquista.

Contudo, vivemos uma época na qual o poder econômico domina e rege as relações sociais. Decisões são hoje tomadas à revelia da vontade popular, deslocando a prioridade das relações humanas para os interesses do mercado. Dessa forma, os problemas reais vividos pelas pessoas no interior da cidade - espaço onde relações são construídas, afetos experienciados, identidades formadas, decisões tomadas e vidas reais vividas - deram lugar aos interesses de um grupo privilegiado que atualmente detém o discurso hegemônico da prosperidade pelo acúmulo e bem-estar material.

Este plano de governo quer se contrapor ao bem-estar material, voltado exclusivamente para a satisfação imediata de poucos. O nosso objetivo é o bem-viver humano, participativo e democrático, cujas deliberações são realizadas com vistas aos objetivos sustentáveis de médio e longo prazo, preocupadas com a solução dos verdadeiros problemas vividos na cidade. Contudo, cabe ressaltar que a política não lida com soluções mágicas, definitivas. Ela advém do diálogo constante e da construção coletiva, em consonância com a evolução das diversas forças sociais e das necessidades e demandas de toda a comunidade.

DIREITO À CIDADE

A história da democracia brasileira é a história do acesso e da ocupação do espaço público. A crescente transferência das pessoas do campo para a cidade desempenhou um papel fundamental nesse processo de urbanização do País. As rápidas transformações experimentadas pela sociedade brasileira nos últimos quarenta anos impuseram às cidades a missão de acomodar e assimilar seus novos habitantes, criando espaços comuns que garantissem a convivência, um sistema de transportes acessível e políticas públicas que respeitassem a crescente complexidade das relações sociais. Nesse contexto, Palmas foi criada.

Nosso plano reconhece a tarefa de criar, com a efetiva participação da coletividade, os canais de diálogo entre todos os setores responsáveis pela integração urbana - moradia, transporte, segurança, saúde, esporte e educação - com a consciência de que o enfrentamento dos problemas da cidade passam necessariamente por uma solução conjunta a fim de continuar a construir uma cidade melhor para todos os seus cidadãos e cidadãs.

Segurança Pública

Preocupação constante em praticamente todos os setores sociais, a Segurança Pública constitui uma área vital que não pode ser pensada isoladamente, mas em articulação com outras de importância estratégica. A sensação de insegurança hoje presente nas grandes cidades brasileiras é resultado de uma cultura de violência que está na base das relações sociais, envolvendo sobretudo crianças, jovens e idosos, principais atingidos pela ausência do Estado nas periferias e pela falta de vontade política em erradicar todos os fatores que contribuem direta ou indiretamente para a generalização da violência, como a desigualdade econômica, o analfabetismo, o tráfico de drogas, o abandono de políticas sociais, etc.

Dessa forma, nossa proposta quer lançar um novo olhar à questão da Segurança Pública. Uma abordagem que coordene as diversas operações dos órgãos de segurança, com ênfase em ações de inteligência e mapeamento, a fim de combater com eficácia o crime. Mas, sobretudo, uma política de segurança que se sustente no tripé educação, assistência e saúde, com especial atenção ao caráter preventivo, não-repressivo, com vistas a formar adequadamente novos agentes de segurança, ao mesmo tempo que garantir, através de programas sociais e educativos, do incentivo ao esporte e de assistência em saúde, a integração das regiões mais distantes e a proteção das populações que sofrem com altos índices de violência na Capital.

Propostas

Elaborar lei municipal de prevenção e combate à violência;

Ampliar as práticas de segurança municipal que deverão ter a guarda civil municipal atuando sempre com propósito preventivo e comunitário, promovendo assim a cultura da paz em toda a cidade;

Intensificar projetos destinados à prevenção, controle e contenção da criminalidade e executá-los em parceria com o governo federal, por meio do programa nacional de segurança pública com cidadania (PRONASCI);

Consolidar políticas públicas para articulação de reciprocidade entre município e Estado;

Monitorar, por meio de câmeras, os arredores de todas as escolas do município, identificando as movimentações suspeitas e coibindo comércio clandestino e atitudes que passam favorecer a insegurança e o consumo de drogas;

Valorizar e capacitar a guarda civil municipal para atendimentos de violência doméstica, gênero, geração e crimes sociais e para a atuação na mediação de conflitos e gerenciamento de crises;

Implantar o Programa Luz Preventiva, garantindo a substituição de lâmpadas no sistema de iluminação pública, por lâmpadas de maior poder de iluminação em todas as quadras da cidade;

Fiscalizar a limpeza e muros nos terrenos baldios;

Elaborar um diagnóstico da violência urbana com objetivo de nortear as ações e as políticas públicas da área;

Elaborar um programa de sensibilização do profissional de segurança no sentido de trabalhar mais a informação do que a repressão.

Moradia & Habitação

Desde sua fundação, Palmas tem vivenciado um processo de segregação, fruto de sua rápida e desordenada ocupação. Seu planejamento privilegiou os vazios urbanos e, sobretudo, a especulação imobiliária. Como resultado, o alargamento/horizontalização da cidade aumentou ainda mais o abismo entre centro e periferia - uma vez que os aluguéis no centro são elevados para o poder aquisitivo médio da população - refletindo uma lógica de exclusão, exploração e desigualdade.

Nosso plano de governo quer priorizar o adensamento urbano e frear a ocupação desordenada de áreas de proteção ambiental, incentivando, através de mecanismos de controle como o IPTU Progressivo - ao qual será dado alcance social - e das Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), voltados para a habitação social a pessoas de baixa renda, a ocupação dos espaços ociosos e a eliminação da especulação imobiliária.

Propostas

Combater a especulação imobiliária, a expansão urbana, reduzir o déficit habitacional e elaborar políticas públicas de moradia em estrita observância do Estatuto das Cidades;

Criação de Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), como parte de uma política de adensamento e ocupação dos vazios urbanos a fim de combater o déficit habitacional e garantir políticas públicas de habitação popular;

Estabelecer estudos de áreas para a construção de unidades habitacionais e destinação para moradias de interesse social;

Viabilizar projetos de disponibilização de créditos em parceria com o Estado para a construção de unidades habitacionais;

Implantar o aluguel social;

Subsidiar a produção de Habitação de Interesse Social a vinculados aos programas de habitação social com recursos estaduais e federais;

Destinar a arrecadação de multas de trânsito para a produção de Habitação de Interesse Social;
Criar um órgão de prestação de assessoria técnica a famílias carentes com até três salários mínimos, para a produção de projetos habitacionais de interesse social;

Manter e aprimorar o IPTU progressivo para fortalecer as políticas de habitação popular;

Realizar uma política habitacional de aberturas das quadras para a construção de moradia popular;

Revisar o plano local de habitação para fins de interesse social articulando e adequando ao plano nacional de habitação;

Realizar um programa de reurbanização e regularização fundiária, garantindo a titularidade da moradia;

Produzir sistema de informação habitacional, incluindo informações sobre moradias precárias, banco de recursos para habitação e outras, subsidiando o diagnóstico habitacional para a revisão do plano local para fins de habitação de interesse social e redemocratizando essas informações à sociedade;

Implementar um programa de assistência técnica gratuita para associação de moradores ou demais promotores de habitação de interesse social;

Garantir a reserva de terras vazias necessárias para a produção de habitação de interesse social;

Fortalecer os canais de participação popular na gestão da política habitacional, inclusive no âmbito de programas específicos.

Mobilidade Urbana & Acessibilidade

Nesse sentido, uma das dificuldades enfrentadas pelas pessoas diz respeito à questão do acesso à cidade. Problemas de locomoção e transporte penalizam principalmente os moradores dos bairros mais afastados, que não são atendidos por uma rede eficiente de transporte, cujos itinerários não cobrem satisfatoriamente as longas distâncias e cujo valor do combustível encarece bastante a passagem, e que precisam se deslocar diariamente para o centro, onde está concentrada a maior parte dos serviços públicos, escolas, hospitais, trabalho, etc.

Centrada no respeito ao usuário do transporte público, nossa proposta planeja reestruturar todo o sistema através da universalização da acessibilidade a pessoas com dificuldades de mobilidade e portadores de deficiência física, de um preço mais justo do bilhete, da articulação mais eficaz dos trechos e itinerários com vistas a melhor atender o passageiro e também o fomento de meios alternativos de transporte na Capital.

Propostas

Humanizar o sistema de transporte coletivo, em que haverá sistema de comunicação no interior do ônibus informando o cidadão o itinerário, e universalizar a acessibilidade;

Promover cursos na rede pública de ensino voltados à "Educação para o Trânsito";

Municipalizar o sistema de fiscalização eletrônica e promover melhorias na sinalização e informação de tráfego veicular;

Municipalizar o sistema de estacionamento rotativo e utilizar os recursos no subsídio do transporte público, alternativo e na acessibilidade;

Destinar cotas dentro de cada estacionamento rotativo a portadores do número do NIS (Número de Identificação Social);

Implantar faixas de pedestre em relevo e sinalização sonora, bem como promover a padronização das calçadas da cidade;

Ampliar e melhorar as ciclovias e investir no sistema alternativo de transporte;

Promover programas de emissão de CNH e de formação de condutores, que contemplem famílias de baixa renda;

Destinar uma área pública municipal própria para a formação de condutores;

Investir na qualificação e no treinamento dos profissionais que trabalham no sistema público de transporte, dividindo funções e atribuições;

Integrar as diversas modalidades de transporte na capital, oficiais e alternativas, e promover a interlocução racional e sustentável entre as linhas, os horários e os eixos de mobilidade com vistas a atender às necessidades dos usuários;

Investir em pontos e estações mais confortáveis e funcionais, promovendo abrigo adequado aos usuários do transporte coletivo;

Estimular a mobilidade não motorizada e os deslocamentos de curta distância, estruturando os sistemas modais a pé, bicicleta e demais modos de propulsão humana;

Construir ciclovias adequadas observando a sinalização e proteção através de pista exclusiva ao ciclista;

Construir paradas de ônibus com condições de assento e proteção adequada ao cidadão usuário de transporte coletivo;

Reforma e reestruturação dos terminais de ônibus existentes;

Implementar linhas no sentido horário e anti-horário, a fim de dinamizar o fluxo de passageiros e ampliar o tempo de validade do bilhete de transporte em até 1h15 (uma hora e quinze) para uso em qualquer trecho da viagem;

Promover a excelência do transporte coletivo público aos locais de acesso mais distantes do centro da cidade;

Efetivar a educação permanente e o comportamento seguro no trânsito, buscando parcerias para ações no setor com órgãos de outras instâncias como o Detran e o Denatran.

Infraestrutura & Saneamento básico

Os problemas relacionados à moradia e à mobilidade são, assim, indissociáveis da questão da infraestrutura, uma vez que muitas famílias forçadas a viver em situação de isolamento ficam completamente desassistidas dos serviços básicos e de condições dignas de vida, sem acesso a água, luz, saneamento básico e assistência social. Nossa proposta visa a resolver esses problemas a partir do investimento responsável em infraestrutura e saneamento básico, dando principal ênfase às regiões mais carentes da Capital.

Propostas

Implantar um sistema público de informações em saneamento que sirva de subsídio para ações de planejamento contribuindo para o processo de ocupação sustentável da cidade, em perfeita consonância com as políticas de habitação e desenvolvimento urbano;

Integrar a gestão ambiental, habitacional e urbana, nos planejamentos e planos de trabalho de modo a otimizar recursos, inovar e possibilitar o intercâmbio técnico e potencializar as políticas públicas dessas áreas no contexto do saneamento;

Realizar um controle e auditoria de saneamento nos empreendimentos com potencial de contaminação e de passivos de saneamento, como nas áreas contaminadas e degradadas do município;

Implantar nas áreas habitacionais programas de regularização do abastecimento de água e coleta de esgoto;

Reduzir a taxa de esgoto municipal de 80% para 50%;

Elaborar um plano municipal de resíduos sólidos, buscando alternativas de tratamento com tecnologias limpas, priorizando a coleta seletiva e a reciclagem;

Buscar alternativas de tratamento com tecnologias limpas, priorizando a coleta seletiva, a reciclagem, estimulando a participação dos catadores de materiais recicláveis através da economia solidária;

Adequar a coleta seletiva no município, levando em conta a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

Priorizar o saneamento ambiental, dando ênfase a ações socioambientais e sanitárias, educação ambiental com o objetivo de proteger e recuperar áreas de preservação ambiental urbana.

Meio Ambiente

Palmas é considerada uma cidade com enorme potencial ecológico, mas em razão do desinteresse em praticar uma política de valorização e respeito ao meio ambiente padece de uma conservação e preservação dos recursos ambientais.

Entendemos que o meio ambiente é um alicerce para a nossa qualidade de vida, pois não é possível a existência de vida sadia em ambiente degradado. Por isso, políticas públicas de fomento ao meio ambiente devem ser priorizadas como forma de ampliar a cidadania do povo palmense. Propomos, portanto, um plano de gestão ambiental integrado, pautado na sustentabilidade, composto pelas dimensões social, cultural, ecológica e econômica, e nos valores da cidadania.

Propostas

Selar o compromisso da gestão com o ambiente e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, através da assinatura do termo de compromisso com o Programa Cidades Sustentáveis;

Adotar um paisagismo funcional em substituição ao atual modelo de paisagismo de jardinagem, que proporcione maior qualidade de vida ao cidadão, por meio do sombreamento e redução da temperatura nas vias públicas, fornecimento de frutos para a fauna e população, com foco na conservação da biodiversidade local, utilizando-se de espécies da flora nativa, adaptadas ao clima local, o que reduziria as despesas com manutenção e regação dos canteiros. As espécies serão selecionadas de acordo com o Plano de Arborização Urbana.

Viabilizar mecanismos para implantação da coleta seletiva dos resíduos sólidos como mecanismo socioambiental de redução de danos ao meio ambiente;

Aplicar o recurso arrecadado por meio do ICMS ecológico exclusivamente nas políticas ambientais;

Implementar o IPTU ecológico como forma de proporcionar condições de investimentos na área socioambiental;

Incentivar a educação ambiental através de propaganda e campanhas educativas nas escolas, mídia e outros;

Organizar o plano de gestão do uso e ocupação do solo em acordo com o Estatuto das Cidades;

Proibir a aplicação aérea de agrotóxicos;

Adotar de política agroecológica, com orientação ao produtor rural, através de parcerias com órgãos dos governos estadual e federal, bem como da Secretaria de Desenvolvimento Rural;

Implantar o sistema de captação de energia solar nos prédios e órgãos públicos, bem como investir na reutilização da água para a construção e manutenção desses empreendimentos.

RESPEITO À DIVERSIDADE

Bandeira histórica do Partido dos Trabalhadores, a defesa dos direitos humanos e das conquistas sociais é parte indissociável do exercício pleno da democracia e do acesso irrestrito à cidadania. Por sua condição de cidade que acolheu a todos os que queriam participar de seu processo de construção, pessoas vindas de todos os cantos do Brasil e do mundo, com seus hábitos, costumes, culturas, e visões diferentes, Palmas possui um patrimônio humano rico e diverso. É dever da gestão pública valorizar, respeitar e defender a diversidade em todas as suas manifestações, sejam elas culturais, afetivas, sociais, religiosas e políticas.

Sobretudo em tempos nos quais os direitos fundamentais conquistados pela sociedade nos últimos anos, a maior parte deles no governo do Partido dos Trabalhadores, são alvo das ameaças de setores conservadores, o respeito à dignidade da pessoa humana, manifesta em sua liberdade e pluralidade, constitui um valor imprescindível à manutenção do próprio Estado Democrático de Direito.

Direitos Humanos

Para garantir uma cidade que privilegie o desenvolvimento humano, é fundamental assegurar o respeito e a inclusão para todas as pessoas, levando-se em consideração os segmentos da população historicamente discriminados: mulheres, negros e negras, por orientação sexual, pessoas com deficiência e idosos.

Nosso propósito é fazer uma administração pública em que as políticas de atendimento a esse segmento sejam transversalizadas em todos os seus setores administrativos.

Propostas

Criar a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Equidade;

Propor políticas e diretrizes que orientem a promoção dos direitos humanos, criando e apoiando projetos, programas e ações com tal finalidade;

Promover e garantir acesso participativo na área de direitos humanos com a sociedade civil;

Elaborar diagnóstico das violações aos direitos humanos como forma de contribuir para uma cultura de paz;

Promover cursos e seminários para a capacitação de servidores públicos visando à promoção e ao respeito aos direitos humanos;

Implantar o Centro de Referência à Diversidade de Palmas, com o objetivo de impulsionar uma condição de empoderamento dos segmentos em situação de violação de direitos.

MULHERES

Criar a Secretaria Municipal de Promoção de Políticas para as Mulheres;

Promover pesquisas e a ampliação de uma estratégia de educação e comunicação direcionada à imagem afirmativa das mulheres e das múltiplas funções por elas desempenhadas;

Incentivar a interface dos órgãos públicos com as instituições não-governamentais e movimentos sociais capacitados na questão de gênero a fim de criação e manutenção de políticas públicas adequadas com participação da sociedade civil;

Desenvolver em parceria com a rede pública estadual um programa de assistência integral à saúde da mulher, da seguinte forma: capacitando os profissionais da área incluindo profissionais de emergência que fazem o primeiro atendimento às mulheres vítimas de violência, através de práticas educativas e de controle social levando à humanização do atendimento;

Promover campanhas informativas, realizando oficinas sobre os direitos das mulheres em todas as unidades de saúde;

Criar o centro de acolhimento para atendimento integrado às mulheres que vivem em situação de violência, contando com profissionais especializados e capacitados ao atendimento jurídico, psicológico e social de mulheres e crianças;

Incentivar a criação de projetos de educação profissional para mulheres trabalhadoras, visando especificamente atender as mulheres em situação de risco e desvantagem social;

Criar mecanismos que facilitem a obtenção de créditos por parte de mulheres, em especial das chefes de família, para criação de microempresas e cooperativas ou outros projetos que lhes permitam aumentar os rendimentos;

Capacitar profissionais da educação da rede pública municipal à realização de ações educativas para compreender as questões sociais de gênero.

DIREITO À DIFERENÇA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL

Promover campanhas públicas institucionais a favor de uma política contra o preconceito e a estigmatização do segmento social LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais);

Construir políticas públicas e desenvolver ações afirmativas em parceria com representações da sociedade civil do direito à diferença de orientação sexual, visando promover uma sociedade mais justa, igualitária, respeitadora das diferenças;

Realizar e apoiar eventos e atividades de autoestima que contribuam para desconstruir mitos, estigmas e preconceitos, enfim para erradicar todas as formas de discriminação e de violência, através da orientação sexual;

IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

Debater e implementar ações para a formação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Étnico-Racial;

Ampliar e fortalecer as políticas de promoção da igualdade racial, com o objetivo de organizar, realizar, coordenar projetos de promoção de igualdade e combate à discriminação racial;

Aplicar políticas de ações afirmativas que visam a igualdade de oportunidade aos negros e negras, em destaque a juventude negra localizada em regiões de vulnerabilidade social;

Fomentar a produção cultural que resgate e preserve a memória, com visibilidade aos símbolos e manifestação ao povo negro;

Aprimorar a aplicação da Lei 10.639/03, referente ao ensino da História da África e do Afrobrasileiro;

Estabelecer incentivo fiscal às empresas que comprovarem admissão de negros e negras nos diversos níveis dos seus quadros funcionais;

Implementar programas especiais de doenças prevalentes da população negra;

Implementar o Plano Municipal de Políticas de Promoção de Igualdade Racial;

Apoio às atividades ligadas à expressão da cultura de rua, rapper, e atividades ancestrais e genuinamente brasileiras, como a capoeira e outras identidades culturais negras;

Garantir representação e visibilidade aos grupos raciais e étnicos nas campanhas e atividades de comunicação do governo municipal;

Criar, através de projeto de lei, a Semana da Cultura Negra.

IDOSOS

Criação da rede municipal de integração e defesa da pessoa idosa, por meio de implementação de um conjunto articulado, orgânico e descentralizado de instrumentos, mecanismos, órgãos e ações para realizar os direitos fundamentais da pessoa idosa;

Curso de capacitação de cuidadores de idosos e conselheiros;

Atendimento especializado nas unidades de atenção básica e unidades de pronto atendimento, os quais devem possuir médicos geriatras e profissionais da gerontologia, entre outros serviços de atenção ao idoso;

Promoção de ampla divulgação do Estatuto do Idoso nas instituições públicas municipais e na sociedade civil;

Implantação de serviços específicos de denúncia contra a violência à pessoa idosa, bem como um serviço de identificação de idosos desaparecidos;

Implantação de centros de convivência que fomentem atenção aos idosos numa perspectiva de lazer e integração social;

Respeitar as deliberações das conferências nacional, estadual e municipal para elaboração de política pública ao idoso;

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Desenvolvimento de campanhas, nos meios de comunicação, procurando socializar o potencial produtivo das pessoas com deficiência;

Realizar parceria junto ao SINE – Sistema Nacional de Empregos, para a execução do programa de apoio à inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho;

Garantia de plenas condições de trabalho no município aos servidores públicos com deficiência;

Assegurar condições de acesso e permanência dos(as) alunos(as) com deficiência no ensino infantil e fundamental;

Viabilizar condições de formação continuada a profissionais da educação em diversas etapas para intérprete da língua brasileira de sinais;

Garantir a política de acessibilidade nos espaços públicos:

Garantir a participação da pessoa com deficiência no planejamento educacional municipal

Juventude

Segundo a Resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas para a Juventude, “os jovens devem ser educados sob o espírito de dignidade e igualdade entre todos os homens, sem distinção alguma por motivos de raça, cor, origem étnica e crença, e no respeito aos direitos humanos fundamentais e ao direito dos povos à livre determinação”.

Nossa proposta tem como prioridade assistir a juventude como protagonista. Para tanto, a estruturação de políticas públicas que garantam o desenvolvimento de autonomia no sentido de democratização dos espaços públicos, no acesso à cultura, ao esporte, ao lazer, à saúde e à educação são fundamentais para a construção de uma cidade plural e de protagonismo juvenil.

Propostas

Construir o mapa da juventude da cidade de Palmas para compor um diagnóstico sobre a situação dos jovens palmenses, a fim de entender aspectos de vulnerabilidade social e demanda juvenil;

Realizar parcerias com instituições públicas e privadas que aumentem a inserção dos jovens no mercado de trabalho;

Fomentar a criação de cursinhos populares e polos presenciais da Universidade Aberta do Brasil (ensino à distância) nas periferias e no centro da cidade;

Reestruturar e potencializar o programa Juventude Viva, do Governo Federal;

Criar o prêmio “Juventude em Ação”, um edital que contemple iniciativas individuais e coletivas de jovens da cultura e educação;

Apoiar e ampliar políticas públicas voltadas para a formação profissional e o fortalecimento da cidadania, como o Projovem urbano, o Pronatec, o Ciências sem Fronteiras e os Pontos de Cultura;

Incentivar programas de saúde que priorizem a saúde preventiva, reduza violência e acidentes;

Fomentar a participação e interação da juventude nos espaços digitais, com a criação do programa Redes Sociais na periferia;

Ampliar e fortalecer as políticas de combate à discriminação e valorização da diversidade com recorte de gênero, diversidade sexual e étnico-racial;

Realizar parceria com a segurança pública estadual para formação socioeducacional de operadores de segurança pública sobre o protagonismo juvenil;

Garantir na política cultural o acesso, a produção e a difusão de bens culturais que proporcionem o protagonismo juvenil;

Assegurar a participação da juventude nos conselhos da cidade e reestruturar o Fórum da Juventude.

Assistência Social

Como política de proteção social, a Assistência Social configura-se como uma nova possibilidade para o nosso País. E Palmas, Município com Gestão Plena, deve garantir à população usuária desta política acesso universal e integral aos serviços, programas, projetos e benefícios necessários à plena proteção social de indivíduos e suas comunidades, especialmente aqueles e aquelas em situação de vulnerabilidade, risco e desproteção social.

Com os governos Lula e Dilma, vivemos um avanço no processo de consolidação da assistência social como política pública e direito social, por meio da criação do SUAS e sua implantação em todos os municípios brasileiros. Garantimos o aprimoramento da gestão, do seu financiamento e da potencialização da sua rede de serviço. Na atual administração municipal, assistimos a um descaso, a exemplo do fechamento de serviços e da não implantação de outros, resultando na redução brusca da cobertura de ofertas do SUAS que a população deveria ter. Orientada pelo princípio do direito universal, integral e da participação social plena, nossa proposta de governo quer garantir o desenvolvimento de uma política pública estruturada por meio da efetiva implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em Palmas, e possibilitar, por meio da proteção do Estado na perspectiva de um direito constitucional inafiançável, que essas pessoas alcancem um patamar de inclusão e acesso a direitos, capazes de conduzi-las ao exercício emancipatório.

Propostas

- Garantir a proteção social a famílias, indivíduos e suas comunidades;
- Fortalecer vínculos de pertencimentos familiares e comunitários;
- Ampliar a participação social;
- Potencializar, por meio da territorialização, a rede de serviços do SUAS;
- Combater o trabalho infantil e o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Implantar dois (2) CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) na região norte de Palmas;
- Implantar dois (2) CRAS na região sul de Palmas;
- Implantar um CREAS na região sul de Palmas;
- Instituir uma equipe volante para atuar na zona rural de Palmas;
- Implantar serviço de acolhimento para pessoa idosa em Palmas;
- Implantar o Programa Família Acolhedora para atendimento a crianças em situação de perda de vínculo familiar;
- Implantar os serviços de Abordagem Social para atendimento a adultos e família em situação de rua;
- Instituir o SUAS em Lei Municipal, garantindo suas estruturas de gestão, financiamento, Controle Social de serviços, programas, projetos e Benefícios e a Vigilância socioassistencial;
- Descentralizar o Cadastro Único - CADUNICO para os CRAS;
- Implantar o CAPACITASUAS em Palmas - programa de formação continuada para profissionais da rede socioassistencial do Município (governamental e não-governamental) e conselheiros de Assistência Social em parceria com o Instituto 20 de maio.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

O desafio de uma cidade voltada às pessoas, suas reais necessidades, prioridades e demandas, não pode ser assumido integralmente sem levar em conta a transparência, o planejamento e a eficiência da administração municipal na gestão dos recursos públicos. Uma cidade só será democrática e de todos os seus cidadãos e cidadãs se for responsável na condução de políticas públicas, na aplicação eficiente dos recursos, na participação efetiva da comunidade na definição do orçamento municipal e no estabelecimento das prioridades que contemplem os verdadeiros anseios da população.

Esses mecanismos só poderão se efetivar através do reforço de instâncias legítimas de representação, que deverão decidir os rumos que a cidade irá tomar, o melhor destino do seu orçamento e as possibilidades de investimento em políticas que contribuam para o desenvolvimento e, principalmente, para o bem-estar de toda a comunidade.

Saúde

A saúde é um direito fundamental da pessoa humana e uma garantia constitucional que deve ser ofertada a toda população brasileira, considerando os princípios de universalidade, integralidade e participação social. Neste sentido, a saúde deve ser um dos objetivos primordiais dos governantes, aliado a um modelo de desenvolvimento que se volte para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

O direito a saúde se materializa por meio da efetivação de uma política pública universal e de primazia estatal, organizada por meio do Sistema Único de Saúde- SUS.

O Partido dos Trabalhadores (PT) participou das lutas sociais em defesa da saúde e na luta pela construção do SUS, apresentou proposta em quase todas as conferências de área realizadas e vem desenvolvendo inúmeras experiências bem sucedidas na gestão da saúde nos municípios, Estados e, desde 2003, no governo federal. Participou ativamente na aprovação da emenda constitucional 29/2000, que definiu as responsabilidades das três esferas de governo com relação ao financiamento do SUS, bem como apresentou outras proposições com o objetivo de melhorar a saúde do povo brasileiro.

Por esta razão, as administrações do partido dos trabalhadores de viés democrático e popular, concebem o SUS como maior patrimônio do povo brasileiro e zelam por seu aprimoramento permanente e sua completa implementação. O compromisso histórico do Partido dos Trabalhadores com a efetivação do SUS no Brasil, nos motiva e nos responsabiliza a apresentar para Palmas, Capital do Estado do Tocantins, um programa que garanta a melhoria do sistema municipal de saúde, assegurando a oferta de ações e serviços de saúde capazes de cuidar, promover e recuperar a saúde das pessoas e da cidade.

Propostas

- Garantir a efetivação do SUS no município de Palmas com resolutividade;
- Organizar a rede municipal de saúde de forma territorializada, para melhorar o acesso;
- Universalizar a cobertura da atenção primária;
- Garantir acesso a atenção secundária (especialidades);
- Fomentar e garantir a participação popular com controle social efetivo;
- Potencializar a educação permanente dos trabalhadores do SUS;
- Garantir acesso a medicamentos e exames;
- Promover saúde por meio da prevenção, promoção e recuperação da saúde do ambiente e das pessoas;
- Combater a privatização e terceirização do SUS;
- Garantir política de valorização dos servidores do SUS;
- Implantar a territorialização do sistema municipal de saúde com a participação efetiva da população (orçamento e planejamento participativo);
- Realizar a organização Territorial da Rede Municipal de atenção especializada com referências definidas na região Norte, Sul e central;
- Implantar novos Núcleos de Apoio à Saúde da Família- NASF'S;
- Implantar novas Equipes de Estratégia de Saúde da Família com a revisão do número de famílias referenciadas para as equipes;
- Garantir cobertura adequada da Estratégia de Saúde Família na Zona Rural;
- Garantir o pleno funcionamento da rede de serviços da urgência e emergência (SAMU, PA);
- Melhorar os ambientes e condições de trabalho nos serviços de saúde;

- Implantar as linhas de cuidados como estratégia condutora da organização dos serviços nos territórios;
- Realizar Concurso Público;
- Implantar os Conselhos Locais de Saúde;
- Garantir equiparação salarial entre os servidores da saúde e do quadro geral.

Trabalho, Renda & Gestão Popular

Dever do Estado, o direito a um trabalho e salário dignos foi na verdade o resultado de uma conquista histórica de todos os trabalhadores e trabalhadoras, depois de séculos de luta. No entanto, tais garantias constitucionais sofrem constantemente graves ameaças no Brasil. Assim, defender a qualidade dos serviços públicos e promover o acesso de toda a população a eles é também respeitar a Constituição e zelar pelo pleno exercício da democracia.

O Partido dos Trabalhadores sempre teve como uma de suas bandeiras o compromisso com a classe trabalhadora, a promoção da igualdade de oportunidades de emprego, o acesso a melhores salários e garantias trabalhistas. A gestão à frente de Palmas não será diferente. Nosso plano terá como foco a geração de empregos para retomar o desenvolvimento econômico, e assim otimizar a arrecadação e o investimento na modernização do servidor público e na dinamização do mercado de trabalho, através da elaboração de políticas públicas voltadas aos trabalhadores e trabalhadoras do setor público e da iniciativa privada.

Propostas

Criar em Palmas de 9 (nove) territórios político-administrativos, com vistas a priorizar a proximidade e o acesso da população aos serviços públicos oferecidos pela Prefeitura Municipal;

Implantar o programa "Prefeitura nos Bairros", uma iniciativa que pretende levar a administração para mais perto da comunidade e ouvir suas reivindicações;

Fortalecer o Conselho de Inovação e Desenvolvimento Econômico de Palmas (Cidep);

Criar Gerência ou Diretoria de Orientação aos Movimentos Sociais, entidade para fomentar e dar apoio à luta dos movimentos sociais;

Estimular políticas públicas de fortalecimento do Cartão de Inscrição Municipal (CIM);

Desenvolver como princípio fundamental da gestão a intersetorialidade a fim do desenvolvimento de políticas em conjunto entre diversas secretarias e demais setores da administração pública municipal;

Desburocratizar a administração realizando uma modernização com auxílio das tecnologias a informação;

Criar uma mesa de negociação permanente para negociação com os servidores para elaboração de plano de carreira, salários, realização de concurso público a fim de democratizar a gestão municipal;

Criar pontos públicos de acesso à internet sem fio e gratuitos na cidade;

Criar o observatório de políticas públicas, para análises e pesquisas dos serviços municipais, a fim de melhorar a qualidade das políticas públicas e sua melhor aplicação dos recursos públicos;

Realizar auditoria das contas da prefeitura em um prazo de um ano a fim de garantir publicidade e eficiência da coisa pública.

Economia Solidária

Tendo como base sua inserção popular, a economia solidária visa a proporcionar um novo modo de produção, comercialização, finanças e consumo que privilegie a autogestão, a cooperação e o desenvolvimento humano.

Nossa gestão terá como principal foco fomentar a criação de empreendimentos econômicos solidários, tendo o associativismo comunitário interligado ao respeito à natureza, à diversidade cultural, de gênero, étnico-racial e geracional.

Propostas

Criar a Política Municipal de Economia Solidária que integre formação, apoio a organização e fomento, tendo em vista o fortalecimento, construção e desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários;

Criar um Fundo Municipal de desenvolvimento econômico Solidário e apoio as iniciativas de finanças solidárias- cooperativas de créditos, fundos rotativos solidários e bancos comunitários.

Desenvolver ações que potencializem a produção e a comercialização de bens produzidos pelas famílias beneficiárias do programa Bolsa Família;

Criar programa municipal de comercialização de produtos da economia solidária;

Instituir, por meio da criação de programa municipal, a compra pública de produtos oriundos de serviços da economia solidária e agricultura familiar;

Fomentar a organização e estruturação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

FORMAÇÃO CIDADÃ

Desde os tempos antigos, a ideia de política vem ocupando as discussões sobre como se viver em sociedade. A questão acerca do bem comum, ou da coisa pública, só foi possível quando a humanidade passou a assumir a responsabilidade de seu próprio destino, a reclamar seu direito de tomar as próprias decisões. Nesse contexto, a própria noção de cidade desempenhou um papel fundamental nas discussões sobre a igualdade perante a lei entre os cidadãos, situação que acabava por excluir as mulheres e os setores mais vulneráveis da sociedade.

Por milênios essa questão foi desprezada pela maioria dos países. Ela só começou a ser recuperada há menos de dois séculos quando, após várias revoluções de cunho liberal, os movimentos de luta pelo reconhecimento dos direitos civis - das mulheres pelo sufrágio universal, dos negros pela abolição da escravidão, dos trabalhadores e trabalhadoras por melhores salários e condições dignas de emprego, dos excluídos e desassistidos por moradia, assistência social, pelo acesso a educação e saúde de qualidade - colocaram novamente à mesa de discussão o tema da igualdade substantiva (política, econômica e jurídica). Sob esse signo de recuperação do sentido de espaço público foram fundadas as cidades modernas.

A cidade de Palmas, Capital do jovem Estado do Tocantins, é a mais recente delas, e sua missão de garantir a efetivação dos direitos sociais num mundo em constante mudança, no qual as fronteiras se dissolvem e a livre circulação de pessoas, ideias e bens se horizontaliza - faz dela um exemplo privilegiado de cidade global por vocação. É dever, portanto, do gestor à frente de sua administração valorizar o serviço público e garantir à população o acesso a serviços básicos de qualidade; investir em áreas estratégicas de desenvolvimento, como educação, cultura, saúde, segurança, meio ambiente e esportes; respeitar os direitos da criança, do adolescente e do idoso; elaborar políticas públicas voltadas para a defesa das mulheres, dos negros, dos homoafetivos e de todos os grupos em situação de risco; assegurar programas de moradia, transporte público e segurança alimentar à comunidade; incentivar a parceria com a iniciativa privada com vistas a promover o desenvolvimento econômico sustentável e a preservação das zonas urbana e rural do município.

Nosso plano de governo, altamente participativo e popular, deseja assumir esse compromisso de fazer uma cidade cada vez melhor a todos os cidadãos e cidadãs de Palmas.

Cultura & Arte

A Cultura é o símbolo da identidade social de um povo. Mas não constitui somente um produto da coletividade. Determina também o modo de vida e a maneira como o indivíduo enxerga a si mesmo e o meio em que se insere, bem como sua relação entre os demais indivíduos. É, portanto, aquilo que permeia toda a vida em sociedade e o que nos torna homens e mulheres propriamente livres, autônomo(a)s, capazes de criar, escolher e agir sobre nossa existência, bem como de modificar e compreender a Natureza. O ser humano não é apenas um animal político; é, sobretudo, um ser cultural.

Antes de ser instalada a jovem Capital do Tocantins, já havia por todo o vasto território do norte goiano uma identidade própria, que presidia a todos os seus habitantes, embora provenientes de todos os cantos do País, uma forma peculiar de se perceber "tocantinense". Com essa consciência de uma cultura popular original, Palmas foi criada. Imbuídos dessa responsabilidade social da Arte, respeito ao artista local e valorização da Cultura em todas as suas mais diversas manifestações, os poderes constituídos devem se unir ao trabalho de todos - agentes, profissionais e público em geral - envolvidos nos esforços comuns em prol da arte e da cultura locais.

Propostas

Valorizar o agente cultural e o artista locais, além de incentivar a autonomia da Secretaria Municipal de Cultura;

Respeitar as manifestações culturais em seus mais variados níveis e promover a produção criativa;

Fortalecer os pontos de cultura e os Centros de Criatividade;

Ampliar o acesso aos espaços públicos à cultura local e às comunidades mais pobres, sobretudo à juventude, e identificar quais as demandas específicas de cada quadra em relação aos espaços públicos, onde podem e devem ser fomentadas atividades culturais e esportivas, e adaptá-los segundo esse levantamento;

Garantir acesso gratuito à estrutura das escolas e demais espaços públicos municipais para movimentos socioculturais e grupos culturais e esportivos organizados ou não;

Promover o projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA), levando o ensino médio a todos os que não tenham a oportunidade de cursá-lo;

Celebrar no Espaço Cultural mostras de cinema internacional, com a participação de convidados de diversos países a fim de apresentar ao público o circuito de produção cinematográfica estrangeiro;

Retomar a democratização e a publicação de editais e os espetáculos artísticos;

Formular, em parceria com o Conselho Municipal de Cultura, políticas públicas voltadas à área;

Implantar programas de acesso à Cultura, como os CEUs (Centros de Artes e Esportes Unificados);

Criar o Centro de Cultura Periférico, um espaço onde serão oferecidos cursos e oficinas em diversas áreas culturais para diferentes segmentos sociais, visando à formação artística e profissionalizante.

Educação

A valorização da Educação sempre foi uma das marcas do governo do PT. Com Lula e Dilma, os índices de qualidade no ensino melhoraram bastante, a exemplo do que apontam avaliações como o PISA, o grau de escolaridade dos brasileiros e o rendimento dos professores da rede pública também aumentaram significativamente.

No entanto, em Palmas a Educação tem sido negligenciada nos últimos anos pela administração municipal. Nossa proposta de governo visa a reconhecer a Educação como área estratégica das mais importantes, cujo compromisso com a inclusão social e a formação cidadã deve contribuir para reduzir a desigualdade, extinguir o analfabetismo, conscientizar a todos sobre seus direitos e promover a cidadania através de uma educação libertária que coloque o ser humano acima dos interesses puramente econômicos, que priorizam apenas a técnica voltada aos interesses do mercado.

Um governo que fortalece a educação básica fornece as ferramentas necessárias ao projeto crítico da construção de uma sociedade mais livre, igual e justa, em que a atenção com a formação da criança vem antes da preocupação com a punição do adulto.

Propostas

Fortalecer a educação básica, valorizando o professor e demais profissionais da Educação;

Eradicar o analfabetismo entre jovens e adultos, através do projeto “Analfabetismo Zero”;

Cumprir o Plano Municipal de Educação e fortalecer a discussão e o debate de temas relevantes, como a identidade de gênero, em sala de aula;

Implantar o programa “Escola da Comunidade”, incentivando a abertura das escolas nos fins de semana para atividades esportivas e culturais, práticas de lazer e de integração comunitária;

Implantar espaços de lazer para crianças e adolescentes;

Fortalecer e criar mais Escolas de Tempo Integral;

Fortalecer a formação continuada de professores (Educação Especial);

Promover o projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA), levando o ensino médio a todos os que não tenham a oportunidade de cursá-lo;

Criar a Casa do Estudante Indígena, aos moldes da Casa do Estudante de Palmas;

Apoiar a eleição democrática de diretores de escolas da rede municipal e cumprir o PCCR dos agentes da educação;

Implantar sistema integral na educação infantil e no ensino fundamental;

Garantir o acesso de toda criança à creche.

Esporte & Lazer

A educação para o Esporte faz parte de um eixo central do qual dependem e com o qual interagem diversas áreas. Com efeito, quando falamos da prática esportiva, tratamos também da Saúde, visto que combate o sedentarismo e a inatividade, causas de doenças cardiovasculares, e torna seus praticantes mais saudáveis; a Segurança, uma vez que retira as pessoas, sobretudo as mais jovens, de situações de risco e as integra à sociedade, afastando-as do mundo das drogas; a Cultura, porque estimula o desenvolvimento cognitivo e incentiva o surgimento de potenciais atletas.

Historicamente, essa política foi relegada à condição secundária no município de Palmas. De um lado, foi tímida sua relação com as políticas de inclusão social. De outro lado, sobretudo recentemente, sofre com agressivas ações de marketing voltadas aos grandes eventos que têm valor como espetáculo, mas não garantem a democratização necessária.

Entendemos, portanto, que o esporte e lazer são direitos sociais garantidos pela Constituição brasileira e são poderosos fatores de desenvolvimento e emancipação humana porque contribuem para a formação integral das pessoas e na melhoria da qualidade de vida do conjunto da sociedade, dessa forma assumiremos como prioridade o esporte e lazer como forma de ressocialização e inclusão social. Nosso plano de governo pretende inserir as práticas esportivas num contexto mais amplo de formação cidadã integral, dotando os espaços públicos, como parques, escolas, quadras e ginásios, da infraestrutura necessária a essas práticas, incentivando atletas profissionais e a população em geral para o exercício da cidadania e de uma vida saudável e plena.

Propostas

Realizar conferências municipais de esporte e lazer como forma de integrar o poder público municipal com os vários segmentos do esporte e lazer de Palmas;

Proporcionar o esporte comunitário um tratamento diferenciado que valorize as manifestações esportivas de nossa cultura, buscando ampliá-las qualitativamente, visando à prática, assistência e conhecimento;

Incentivar a prática esportiva escolar, visando à realização e participação estudantil nos jogos escolares;

Fazer parceria administrativa com a Universidade Federal do Tocantins para produzir o programa “atletismo do futuro”;

Reformar e modernizar o estádio municipal Nilton Santos;

Fomentar as escolinhas de futebol comunitário criando um processo de formação esportiva da base até o profissional, garantindo a participação feminina;

Realizar campeonatos e festivais de modalidades, considerando os diversos interesses esportivos e os diferentes níveis de habilidades dos praticantes e práticas corporais para diversas faixas etárias;

Criar, em parceria com a área de Saúde, programas de práticas corporais e de lazer com vistas à formação da saúde e melhoria da qualidade de vida;

Criar em praças públicas pistas adaptadas para o skate e esporte similares;

Criar o projeto lazer itinerante, incentivando a organização das manifestações culturais e esportivas das próprias comunidades.

CAPITAL SUSTENTÁVEL

Localizada no coração de um dos ecossistemas mais ricos em biodiversidade e recursos naturais - o Cerrado - Palmas possui um enorme potencial em sua vocação ambiental. Sua vasta fauna e flora, seus rios e praias, parques, cachoeiras e seu clima lhe conferem o invejável título de "Capital Ecológica", atraindo milhares de turistas vindos de todos os cantos do País e do mundo. Essa interação única entre ser humano e meio ambiente oferece uma qualidade de vida que a torna uma cidade privilegiada em todo o Brasil.

Nossa proposta assume o desafio de traçar, junto a todos os setores da sociedade envolvidos, estratégias de ação que garantam medidas de proteção do patrimônio natural, com vistas a potencializar o uso inteligente desses recursos, bem como a promoção de uma infraestrutura que não prejudique a natureza e combata o turismo predatório. O meio ambiente e toda a cadeia econômica por ele gerada só receberão a devida atenção no momento em que sociedade e gestão pública se reconhecerem corresponsáveis por sua preservação.

Turismo

Muitos países e cidades de pequeno, médio e grande porte têm reconhecido a importância e investido cada vez mais na atividade turística. Dessa forma, não é por acaso que ela constitui grande fonte de receita e uma alternativa viável para o desenvolvimento econômico sustentável, uma reivindicação cada vez maior e um compromisso do século XXI. A cidade de Palmas é privilegiada nesse sentido, uma vez que oferece múltiplas opções de lazer e paisagens paradisíacas, aptas a receber a atenção do poder público com o intuito de explorá-las de forma racional e durável.

Nosso plano de governo propõe um investimento na infraestrutura dos circuitos turísticos a fim de colocar Palmas no mapa das cidades que priorizam o Turismo como atividade econômica, bem como transformá-la na Capital dos grandes eventos: esportivos, empresariais, gastronômicos, artísticos e culturais. Propõe ainda fortalecer sua vocação para o Ecoturismo, investindo no uso responsável dos recursos naturais na preservação ambiental de sua incrível biodiversidade para a promoção do lazer e para o desenvolvimento de toda uma cadeia produtiva, dos profissionais da área a toda a comunidade envolvida.

Propostas

Elaborar um calendário de evento de negócios no município;

Concluir a reforma do Parque Sussuapara, no norte, do Parque João do Vale, no sul da Capital, e a reforma das praias das Arnos;

Fomentar o turismo de hotelaria na Capital, com a promoção de grandes eventos (negócios, acadêmicos, esportivos, etc.) em toda a cidade;

Incentivar a prática da pesca esportiva no lago e combater o turismo predatório;

Construir um Centro de Convenções com capacidade para cinco mil pessoas;

Promover a edição do Festival Gastronômico de Taquaruçu voltada à população e aos comerciantes locais;

Criar um plano municipal de turismo, que inclua as mais diversas áreas como turismo ambiental, histórico, negócios e cultural;

Priorizar o turismo de educação ambiental com ênfase aos parques ambientais;

Incentivar o turismo de educação ambiental nas escolas municipais, inclusive aulas nos parques ou locais ambientais;

Garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência nas áreas de turismo ambiental;

Incentivar programas culturais nas praças públicas municipais, como feira de artesanatos, livros e apresentação musicais e shows teatrais;

Incentivar, através de propagandas institucionais, os pontos turísticos de Palmas;

Priorizar as diversidades culturais e regionais do município de Palmas, como as festas juninas;

Priorizar a revitalização dos pontos turísticos do centro cultural de Taquaruçu e as praias de Palmas, sobretudo o acesso às praias;

Incentivar o turismo náutico e esportes radicais e aventura.

Ciência & Tecnologia

O eixo de desenvolvimento de uma cidade inclusiva passa por inovações nas áreas da ciência e tecnologia como perspectiva de oportunidade e desenvolvimento econômico e social. A articulação entre ciência e tecnologia é fundamental para o fomento ao progresso social e humano da cidade. Entendemos que a geração de emprego e renda poderá ser também viabilizada pelo fortalecimento da ciência e tecnologia na educação e no desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, a tecnologia deve estar a serviço da comunidade para auxiliar na solução de problemas de habitação, saneamento, nutrição, ensino e geração de renda.

Propostas

Realizar parcerias através de convênios com instituições educacionais, com referência na área da ciência e tecnologia, como o Instituto Federal do Tocantins, a Universidade Federal do Tocantins e a Universidade do Tocantins (Unitins);

Atrair e reter empresas criadoras de emprego de alto valor agregado, por exemplo, empresas do setor de tecnologia da informação, em especial o segmento de software, e realizar parceria com instituições educacionais da área da ciência e tecnologia;

Fomentar a criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas de base tecnológica;

Criar lei municipal de incentivo à inovação científica e tecnológica para as instituições que fomentarem a ciência e a tecnologia numa perspectiva de geração de emprego e renda;

Promover ações de incentivo às escolas municipais que fomentarem a inovação científica e tecnológica;

Criar o selo municipal “Aqui tem inovação científica e tecnológica”, como forma de valorizar e incentivar instituições que invistam em ciência e tecnologia.

Desenvolvimento Rural

Garantir o desenvolvimento rural significa construir uma cidade com qualidade de vida, pois influencia diretamente nossa convivência na sociedade. Consideramos fundamental que as políticas voltadas ao fortalecimento da área rural como espaço de vida e produção alimentar sejam devidamente valorizadas, proporcionando ao agricultor e agricultora, sobretudo familiares, condições de trabalho e desenvolvimento.

Temos que proporcionar à cidade de Palmas um caráter de produção rural, não apenas de importador de produtos rurais ou de lazer. Portanto, queremos uma gestão em que a agricultura e derivados possam ter representatividade para melhorar a qualidade de vida do palmeno.

Propostas

Criar programa de apoio e desenvolvimento da agricultura familiar com base agroecológica em âmbito municipal;

Garantir assistência técnica ao agricultor familiar;

Apoiar e fomentar ações de agricultura urbana e periurbana, a exemplo das hortas comunitárias;

Ampliar e revitalizar as feiras livres, incluindo as feiras noturnas;

Criar um programa de apoio à aquisição de áreas públicas de produção agrícola urbana e periurbana;

Incentivar, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural, a elaboração de projetos produtivos de crédito e fomento;

Implantar o Cinturão Verde em Palmas, incentivando o agricultor familiar a fim de garantir o abastecimento com produtos de melhor qualidade e menor preço;

Desenvolver a piscicultura e aquicultura no município de Palmas, haja vista o potencial natural;

Incentivar, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural, a elaboração de projetos produtivos de crédito e fomento;

Realizar uma política agrícola municipal que apoie o associativismo e cooperativismo;

Desenvolver parcerias administrativas com instituições de ensino visando desenvolver tecnologias agrícolas;

Criar, junto aos setores públicos e privados, o programa de acesso à alimentação saudável e adequada;

Articular e fortalecer a parceria com a vigilância dos alimentos com o objetivo de proporcionar condições adequadas ao consumo humano.